

VIAGEM INCOMPLETA

Carlos Guilherme Mota *organizador*

1500
Formação: histórias

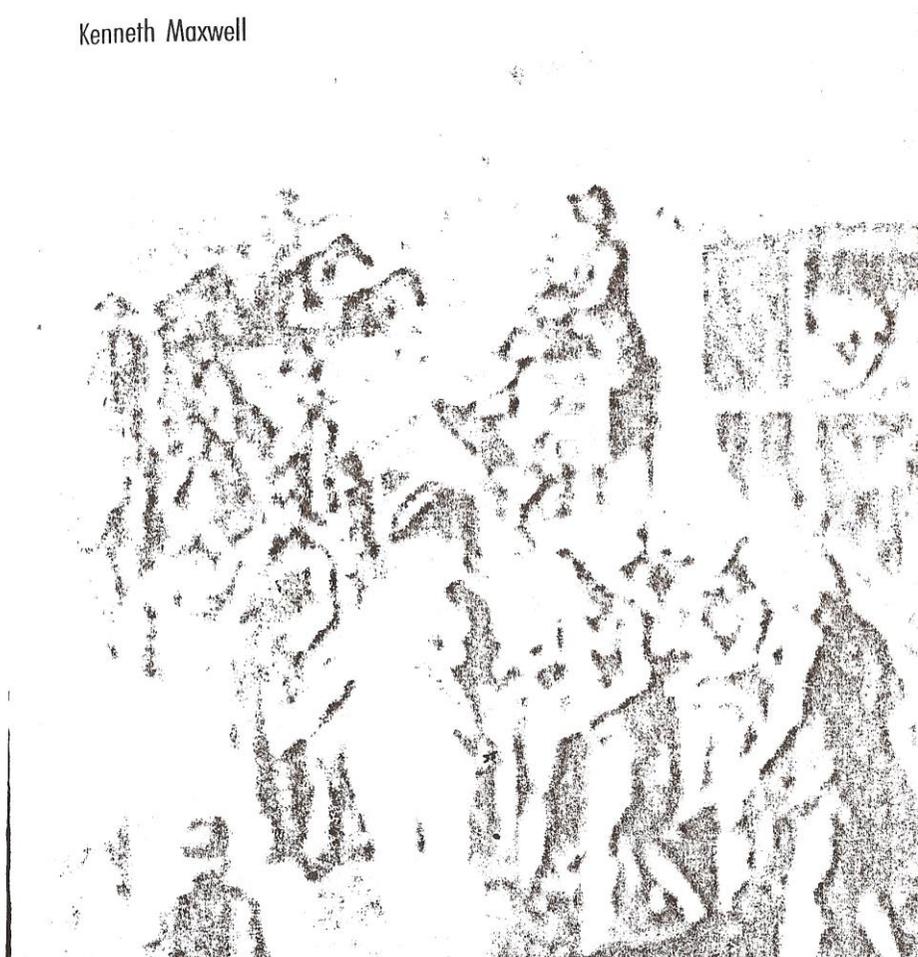
2000
A EXPERIÊNCIA
BRASILEIRA



Co-edição:
SESC
SÃO PAULO

Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência

Kenneth Maxwell



Na última metade do século XX, publicaram-se, surpreendentemente, poucos trabalhos acadêmicos a respeito da independência do Brasil. Menos atenção ainda tem sido devotada ao estudo sobre o impacto que a descolonização do vasto império português na América do Sul teve sobre a própria metrópole.

Historiadores portugueses ainda por vezes escrevem como se o Brasil nunca tivesse sido uma colônia de Portugal, e historiadores brasileiros freqüentemente ignoram a importante dimensão transatlântica dos conflitos políticos internos e das limitações econômicas do Brasil. A história do período que transcorre das Guerras Napoleônicas – quando, no fim de 1807, a invasão de Portugal pelo general Junot obriga a corte portuguesa a buscar refúgio no Brasil – até 1825, quando Portugal e as grandes potências européias reconhecem a independência do Brasil se ressentem da falta de um esboço interpretativo, ainda que rudimentar. Apesar disso, os eventos que se desenrolaram nos dois lados do Atlântico estavam intimamente vinculados e não podem ser explicados sem se compreender o que os conectava. De fato, entre 1815 e 1821, Portugal e Brasil faziam parte formal e institucional de um “Reino Unido”. A interpretação dos problemas políticos e econômicos do Brasil e de Portugal foi extensa, e assim continuou até pelo menos meados do século XIX.

Meu objetivo é, de forma preliminar, dar uma nova visão do movimento de independência do Brasil no contexto comparativo atlântico. Em primeiro lugar, examinarei alguns problemas teóricos e práticos a respeito do estudo da independência do Brasil; em segundo lugar, o processo de “descolonização”; em terceiro, delinearei alguns aspectos-chave do contexto internacional no qual se desenrolou a independência. Para finalizar, analisarei a história

* Tradução de Adriana Lopez.

social e econômica da independência do Brasil, vista a partir das grandes continuidades entre os períodos colonial e nacional reivindicados pela atual literatura que diz respeito ao Brasil, e das grandes descontinuidades que dizem respeito a Portugal.

Iniciaremos o estudo do estabelecimento de novas nações a partir de velhos impérios com uma certa expectativa e algumas pressuposições. Preliminarmente, estamos pensando na emancipação política do *status* de colônia; também se pressupõe que ocorreu uma certa democratização da política interna ou, ao menos, a sua liberalização; desta forma, esperamos ver a derrota do despotismo e a emergência de algum tipo de fórmula institucional que expresse a vontade popular, essencial para garantir a legitimidade de qualquer Estado novo. A legitimidade, entretanto, não depende apenas de fatores internos: o reconhecimento do novo *status* de nação pelas outras nações é essencial; assim como o é, eventualmente, a reconciliação (ou pelo menos uma aceitação formal do pedido de separação), que geralmente significa a assinatura de um tratado internacional com a ex-metrópole. Questões geopolíticas surgem, portanto, como inevitáveis, assim como questões que envolvem a política das grandes potências. A constelação das forças externas, a disposição destas em intervir ou não, conforme a situação, talvez seja mais importante nesse momento do que em qualquer outra época da história de uma nação. A nova nação também deve cumprir com obrigações no plano internacional: contrair empréstimos, realizar e financiar transações comerciais; organizar a vida econômica e financeira; eventualmente pagar indenizações ou assumir o compromisso de quitar débitos coloniais.

Da mesma forma do que em outros momentos na vida da história de uma nação, decisões fundamentais de natureza fundadora se fazem necessárias no momento da independência. Essas decisões podem envolver questões profundas que dizem respeito a vários aspectos da vida nacional: a organização das esferas social e econômica, questões institucionais a respeito das estruturas constitucionais, questões de organização, como criar bancos e como impor tarifas ou negociar tratados comerciais e como criar uma moeda factível. É claro que a natureza explícita da multiplicidade de problemas e decisões a serem tomadas transforma tais momentos em temas fasci-

nantes para a investigação histórica; desta vez, não estamos especulando a respeito das conexões entre percepções, idéias e ações, mas assistindo à transformação dessas idéias em estratégias institucionais e sociais, e em marcos constitucionais.

Temos a tendência de pressupor que todas essas mudanças ocorrem para o melhor. Menciono isto apenas para indicar o quanto nossa visão sobre a independência e a descolonização pode ser subjetiva. Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma “coisa ruim”, como uma regressão, um triunfo do “despotismo” sobre a “liberdade”, da “escravidão” sobre a “liberdade”, de um regime “imposto” sobre um regime “representativo”, da oligarquia sobre a democracia, da reação sobre o liberalismo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, todas essas acusações podem ser imputadas ao novo regime, assim como de fato foram feitas na época.

O Brasil, evidentemente, não estava só ao enfrentar esse dilema. Se considerarmos que as nações independentes da América Latina emergiram após três séculos de dominação ibérica, a persistência da herança colonial se tornou uma questão premente. O Brasil tinha, por exemplo, no momento de sua independência de Portugal, 322 anos de existência; e, vale notar, no ano 2000 sua experiência enquanto nação independente da dominação formal européia ainda será mais curta do que o período em que esteve sob dominação colonial. Apesar disso, a “persistência colonial” das nações da América Latina era diferente daquela herdada pelos Estados pós-coloniais que emergiram dos impérios europeus na Ásia e na África a partir de meados do século XX. O impacto provocado pela Espanha e Portugal nas Américas havia sido muito mais profundo e, portanto, mais permanente do que foi o impacto dos europeus que se impuseram, temporariamente, sobre outras sociedades mais antigas do Oriente Médio até a China, onde as populações, as religiões, as estruturas sociais e os padrões de comportamento nunca foram desenraizados ou destruídos da maneira catastrófica como foram nas antigas civilizações da América pré-colombiana. Depois da Segunda Guerra Mundial, particularmente onde não havia uma grande população de colonos brancos para complicar a transição, africanos e asiáticos alcançaram a independência formal negociando a retirada ou tomando em armas e expulsando um punhado de soldados, capatazes e administradores brancos. Na América Latina foram precisamente os soldados, capatazes e administradores europeus que expulsaram os representantes das coroas de Espanha e Portugal

e a uma só vez usurparam a soberania de uma grande massa de população indígena e de escravos africanos. A América Latina não pode ser compreendida em sua totalidade se enxergada apenas pela ótica do contexto das nações do “Terceiro Mundo” que passaram a existir a partir do colapso dos impérios coloniais francês, britânico e holandês entre 1945 e 1965. Nesse sentido, o Brasil era, de fato, um “Novo Mundo nos trópicos”, como disse uma vez Gilberto Freire, uma sociedade de colonos que se implantou no Novo Mundo e onde a população – fosse ela européia, africana ou nativa – tornou-se de tal maneira miscigenada que não pôde ser outra vez segregada facilmente. A profundidade extraordinária do impacto da colonização espanhola e portuguesa no hemisfério ocidental foi de tal ordem que o processo de construção nacional se tornou um assunto intrinsecamente incestuoso.

II

Na década de 1820, com efeito, o Brasil negociava seu relacionamento com o mundo externo dentro das pesadas limitações impostas pela história, pela geografia e por sua experiência colonial. Até recentemente, a interpretação desse período crítico tem sido fortemente influenciada pela teoria da dependência. Mas a teoria da dependência tende a homogeneizar a experiência da América Latina num modelo explicativo mundial. Sob forte influência dos movimentos de descolonização da África e da Ásia do século XX, essa abordagem freqüentemente tem negado autonomia às forças sociais e econômicas em jogo nas chamadas regiões “periféricas”. Acima de tudo, desincentivava a investigação do processo, as causas e a dinâmica da mudança. Tal quadro criou uma enorme empecilho no caso da América Latina colonial, cujo controle havia sido desde o começo dos tempos modernos um componente essencial na construção de uma ordem de dominação mundial européia. A teoria da dependência sublimava qualquer investigação a respeito de como a preeminência européia havia sido alcançada e limitava as explicações sobre as grandes mudanças de sistemas (o fim do feudalismo, o surgimento do capitalismo e assim por diante) à dinâmica interna das sociedades européias.

Estudiosos brasileiros estavam, é claro, bastante enamorados dessa construção teórica e desempenharam um papel importante em sua evolução. Tanto a professora Emília Viotti da Costa como Fernando Novais, por exem-

plo, situavam a emergência do Brasil enquanto nação independente dentro do contexto da passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial na Europa, e as conseqüentes mudanças que essa passagem ocasionou no sistema econômico internacional. Apesar disso, os interesses britânicos em Portugal e no Brasil não eram, de fato, monolíticos; dois *lobbies* ou grupos de interesses distintos mantinham relações econômicas com Portugal no século que antecede a independência do Brasil: os comerciantes importadores de vinhos e os exportadores de produtos têxteis de lã tinham forte interesse em manter o velho regime de tarifas que os favoreciam e tendiam a privilegiar seus direitos extraterritoriais em Portugal, que beneficiavam seus empreendimentos desde meados do século XVII. Por outro lado, em franca expansão, os agressivos manufatureiros de tecidos de algodão de Lancashire, que se desenvolveram a partir do final do século XVIII, tinham interesse no livre comércio. Até 1818, esse grupo recebia do Nordeste do Brasil uma grande porcentagem da matéria-prima utilizada em suas manufaturas. Eles não tinham nenhum interesse em perpetuar a dominação política e econômica de Portugal sobre o Brasil.

É importante, portanto, não sobrevalorizar o poder das forças puramente econômicas ou estimar em demasia a inevitabilidade dessas mudanças mais amplas. Os interesses da indústria têxtil de algodão na Grã Bretanha e seus apologistas certamente acreditavam que suas vantagens relativas permitiriam que seus produtos rompessem as barreiras tarifárias mercantilistas dos países ibéricos, mas também pressionaram para que essas barreiras fossem removidas por meio da intervenção governamental. A abertura dos portos do Brasil, em 1808, foi a primeira ação adotada pela recém-chegada corte portuguesa, depois da fuga de Lisboa. Embora essa ação tivesse como base motivações ideológicas, foi essencialmente pragmática e se tornou inevitável a partir do momento em que a França mostrou determinação em incorporar os portos de Portugal ao bloqueio continental contra a Grã Bretanha. No que diz respeito aos interesses dos comerciantes britânicos no Brasil, muitos competidores europeus, entre os quais os próprios franceses, ficaram temporariamente fora da jogada. Em tais circunstâncias favoráveis, os comerciantes britânicos rapidamente saturaram os mercados consumidores do Brasil, onde a maioria da população era formada por escravos e não por consumidores livres.

Dois anos depois da abertura dos portos, não é de surpreender que os britânicos reivindicassem privilégios especiais. O Tratado Anglo-Brasileiro

de 1810 impunha, no Brasil, tarifas mais altas aos portugueses do que aos próprios britânicos, uma imposição que discriminava a “mãe pátria” e representava um severo golpe às já frágeis chances de reconciliar Portugal com o Brasil e seu novo *status* enquanto sede da monarquia. É irônico notar que a primeira e a segunda edição da *Riqueza das nações*, de Adam Smith, publicadas no Brasil, apareceram em 1811 e 1812 no Rio de Janeiro e na Bahia, respectivamente, como que para recordar aos britânicos (e para lembrar aos brasileiros, com certeza) que as potências hegemônicas nem sempre praticam aquilo que apregoam. De fato, assim como em meados do século XVII, Portugal e, mais tarde, o Brasil, se viram obrigados a equilibrar a necessidade de autonomia e a necessidade de apoio político e militar, especialmente no que diz respeito ao relacionamento com a Grã Bretanha, a potência naval e econômica dominante, e assim sacrificar suas perspectivas econômicas, sucumbindo a um relacionamento neocolonial com a maior potência industrial da época. O preço pelo reconhecimento da independência em 1825 foi esse.

A pressão comercial britânica foi também algumas vezes contraproducente no que concerne aos interesses políticos de mais longo alcance, na medida em que estes se chocavam de frente com interesses fortemente consolidados no Brasil. Esse foi o caso da questão do tráfico de escravos. Apesar dos compromissos assumidos em tratados firmados entre o Brasil e a Grã Bretanha para abolir o tráfico, datados de 1810, a influência dos proprietários de terras e os interesses dos traficantes no Brasil eram suficientemente fortes para resistir, na primeira metade do século XIX, durante mais de quarenta anos, à diplomacia da Armada britânica. Aqui, mais uma vez, o peso da economia britânica se opunha frequentemente aos propósitos das iniciativas políticas, diplomáticas e filantrópicas da Grã Bretanha. Sidney Minz tem argumentado que a revolução industrial na Inglaterra, e nos estados do nordeste da América do Norte ajudou a reavivar o escravismo nas Américas, ao criar um vasto mercado consumidor urbano para produtos tais como o café e o açúcar, e ao criar, ao mesmo tempo, uma enorme demanda de suprimentos de algodão cru para abastecer os teares da velha e da nova Inglaterra. E não eram apenas os comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia que financiavam o tráfico ilegal de escravos ou o comércio legal de algodão, café e açúcar, que dependiam do trabalho escravo. Foram também os comerciantes de Nova York, Londres e Liverpool.

Ironicamente, a resistência aos argumentos antiescravistas no Brasil foi provavelmente mais fraca durante o período da independência do que em qualquer outro momento, antes ou depois. No Sul do país, especialmente em São Paulo, uma região crítica em termos de oposição política organizada contra Lisboa na década de 1820, a produção de café em larga escala só se desenvolveu depois que a independência foi alcançada. Na década de 1821-30, as exportações de café totalizavam apenas 19% do total exportado pelo Brasil, mas nas duas décadas seguintes, essa participação chegou a 63% do total. A expansão do mercado consumidor de café na Europa e na América do Norte teve como consequência uma retomada intensiva do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro e a expansão do trabalho escravo no Vale do Paraíba e em São Paulo. Nathaniel Leff argumenta que o motivo principal das baixas taxas de crescimento econômico do Brasil durante o século XIX era o setor agrícola, onde as baixas rendas e a demanda inelástica, intrínsecas ao trabalho escravo, restringiam o ritmo do crescimento no resto da economia. Isso foi, precisamente, o que José Bonifácio de Andrada e Silva havia antevisto, quando advertia seus contemporâneos, logo no início da independência nacional, sobre os efeitos negativos de longo prazo que o fracasso em lidar com a questão da escravidão e da reforma agrária traria para o futuro do Brasil, o que o levou a fazer um apelo corajoso, mas em vão, aos brasileiros em seu manifesto a favor da abolição da escravidão e de suas propostas de reforma agrária em 1822: “A experiência e a razão demonstram que a riqueza reina onde há liberdade e justiça e não onde há cativos e corrupção”, argumentava José Bonifácio, completando: “Se este mal persiste, não cresceremos”.¹

III

O quadro político e institucional da independência do Brasil não é menos conturbado e contraditório do que foi a transição econômica, e a ambigüidade da passagem do Brasil de colônia para nação independente é melhor exemplificada na enigmática pessoa de d. Pedro e dos abortados planos de

¹ José Bonifácio de Andrada e Silva. *Obras científicas, políticas e sociais*. 3 vols., coligidos e reproduzidos por Edgard de Cerqueira Falcão (Santos, 1965), pp. 115-58.

reforma propostos por José Bonifácio. D. Pedro era, a uma só vez, o herói que havia emancipado o Brasil de Portugal e o governante temporário que no prazo de uma década voltou para Portugal para lutar na guerra civil contra seu irmão, assegurando assim que sua filha se tornasse a rainha de Portugal. Ele era um rei demasiado “liberal” para os padrões da Santa Aliança na Europa, mas muito “despótico” para muitos brasileiros, sobretudo para os republicanos de Pernambuco que se insurgiram em duas ocasiões para repudiá-lo. Seu papel, conforme o perfil traçado pela historiografia portuguesa, é o de um defensor do “constitucionalismo”, uma imagem totalmente incompatível com aquela traçada pela historiografia brasileira, onde ele foi o governante que rejeitou a constituição e demitiu José Bonifácio e seus irmãos, líderes da pequena minoria de brasileiros que queriam reformas fundamentais.

É vital reconhecer, portanto, que no 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, nos arredores de São Paulo, quando Dom Pedro, herdeiro do trono português, gritou “Independência ou morte”, estava exagerando. A questão, em setembro de 1822, não era certamente a “morte” e, apenas indiretamente, a “independência”. O Brasil havia sido independente, para todas as intenções e propósitos, desde 1808; desde 16 de dezembro de 1815 o Brasil fazia parte de um reino unido, em pé de igualdade com Portugal. O que estava em jogo no início da década de 1820 era mais uma questão de monarquia, estabilidade, continuidade e integridade territorial do que de revolução colonial.

Evitar a revolução no Brasil era, também, uma grande preocupação na Europa. Henry Chamberlain, o ministro britânico no Rio de Janeiro em 1824, preocupava-se constantemente que as agitações sob a superfície, no Brasil, mais evidentes nas ruas e na Assembléia Constituinte no Rio, poderiam

acender [...] uma chama [...] que não será possível controlar, e que pode acabar, talvez, com a destruição do governo imperial e a divisão do país numa variedade de pequenos estados republicanos independentes, deploráveis em si e causadores da miséria de seus vizinhos, tal como temos testemunhado nas colônias da América espanhola em nossa vizinhança.²

² Charles K. Webster (org.). *Britain and the Independence of Latin America, 1812-1830: Select Documents from the Foreign Office Archives*, 2 vols. (Londres/Nova York: Oxford University Press, 1938), vol. 1, pp. 240-1.

Os grandes aliados europeus de Portugal – tanto a Grã Bretanha como os membros da Santa Aliança – tinham idéias claras a esse respeito, conforme George Canning, o secretário de Assuntos Estrangeiros britânico escreveu sucintamente em 1823:

A única questão é se o Brasil, independente de Portugal, será uma monarquia ou uma república [...]. A preservação da monarquia numa parte da América é objetivo de vital importância para o Velho Mundo.³

Desde o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, o governo de Londres sempre havia, de fato, feito uma clara distinção entre as circunstâncias do Brasil e aquelas da América espanhola. Canning enfatiza o contraste entre essas situações, quando escreve para Sir Charles Stuart em 1825:

Não podemos deixar de lembrar que a diferença entre a relação de Portugal com o Brasil e aquela da Espanha com suas Américas nada mais é do que esta – que todas as colônias espanholas progrediram *apesar* da mãe pátria, mas que o Brasil tem sido elevado ao estatuto de reino irmão, ao invés de dependência colonial, pelos atos políticos do soberano comum de Portugal e Brasil. Até o momento da emigração da Família Real para o Brasil, o Brasil era estritamente uma colônia, como o eram o México, ou o Peru ou Buenos Aires. A partir daquele momento, primeiro começou uma série de relaxamentos e, depois, a concessão de privilégios, que gradualmente exaltaram a condição do Brasil e quase inverteram suas relações com Portugal para transformar, durante a residência de Sua Mais Fiel Majestade no Brasil, a mãe pátria numa Dependência de fato.⁴

A questão importante a respeito do Brasil é, portanto, que ele se tornou econômica e politicamente independente entre 1808 e 1820, enquanto desempenhava o papel de centro do Império Luso-Brasileiro. Tornou-se “independente” em 1822 apenas *depois* do fracasso da experiência de “centro imperial”, ao qual os súditos da monarquia portuguesa na Europa, África e Ásia voltavam o olhar em busca de liderança. Essa circunstância pouco comum explica por que em 1820 foi Portugal que declarou sua “independência” do Brasil, e só depois, em 1822, o Brasil declarou sua “independência”

³ *Ibid.*, p. 236.

⁴ *Ibid.*, pp. 265-6.

de Portugal. O “Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa”, que foi promulgado pelos rebeldes do Porto em 1820, soava como muitas outras declarações de independência dos estados coloniais e continha muitas das mesmas queixas; a única diferença era que esse manifesto fora promulgado por rebeldes de uma cidade na Europa, e não por rebeldes de algum porto colonial da América. O manifesto do Porto declarava:

Os portugueses começam a perder as esperanças para com o único recurso e meio de salvação que lhes foi deixado em meio à ruína que quase consumiu sua querida terra natal. A idéia do *status de colônia ao qual Portugal tem sido com efeito reduzido*, aflige profundamente todos aqueles cidadãos que ainda conservam o sentimento de dignidade nacional. A justiça é administrada a partir do Brasil para os povos leais da Europa, o que implica numa distância de duzentas léguas e excessivo custo e demora [...]⁵

IV

Mas se a revolução “anticolonial” ocorreu no Porto e não no Rio de Janeiro, as perguntas interessantes, na perspectiva do Brasil, são as seguintes: o desejo de independência no Brasil era suficientemente forte para que o desenlace resultasse na independência se as Cortes não tivessem obrigado o rei a voltar para a Europa; o sentimento antimonarquista no Brasil era suficientemente forte para provocar um movimento republicano, como os que haviam ocorrido na América do Norte e em boa parte da América espanhola, e que haviam rejeitado tanto a monarquia como a dominação européia? Essas perguntas não são apenas teóricas – é preciso recordar que o republicanismo havia sido a principal corrente ideológica entre os conspiradores de Minas Gerais em 1788-89, dos alfaiates baianos em 1789, e em 1817 em Pernambuco, assim como durante a década de 1820. O problema, tratando-se do caso do Brasil, é que todos esses movimentos republicanos foram, ou ao menos poderiam ser, interpretados como revoltas regionais contra a autoridade centralizada e uma ameaça à integridade territorial da

⁵ *Manifeste de la Nation Portugaise aux Souverains e aux Peuples de l'Europe*, Porto, 1820 (coleção do autor). – (grifo do autor).

América portuguesa. O sistema da monarquia centralizada havia estabelecido uma forte presença institucional desde 1808; e esse fator foi crítico para determinar o sucesso de d. Pedro na proteção de seu novo império aos desafios impostos pelos republicanos. Portanto, a resposta às perguntas acima formuladas é, provavelmente, “não”. Em outras palavras, a base social predisposta a enfrentar mudanças radicais era mais forte em Portugal, na década de 1820, do que no Brasil, e o motivo disso é que o movimento a favor da continuidade era mais forte no Brasil do que em Portugal que, em 1808, havia perdido não só a monarquia, como também se sujeitara a invasões, à guerra e a um protetorado britânico de fato.

Enquanto isso, no Brasil, as ameaças à ordem social depois de 1790 ficaram estreitamente associadas ao republicanismo, e tenderam a produzir uma maior coalizão dentro da elite, especialmente entre a dos proprietários de terras. Aqui, o medo do contágio da revolta de escravos do Haiti estava sempre presente nas mentes, e a “liberdade”, se também chegasse a implicar em “igualdade”, certamente levantaria problemas fundamentais numa sociedade hierarquizada em termos raciais e sociais.

Mais uma vez, o Brasil apresenta ambigüidades, já que uma das reações à ameaça vinda de baixo foi a de se propor a eliminação do trabalho escravo e a substituição deste por trabalhadores livres. Mas no Brasil, a despeito da eclosão de uma série de revoltas de escravos na Bahia durante esse período, o temor de uma revolução social não foi argumento suficiente para obrigar os poderosos a desafiar seus interesses materiais mais imediatos e a embarcar no caminho da reforma do sistema de produção baseado no trabalho escravo.

Até os britânicos, que apesar de muito falarem, não aboliram o trabalho escravo em suas próprias colônias até meados da década de 1830, reconheciam, em particular, a força dos interesses dos proprietários de escravos. Henry Chamberlain assim disse a George Canning:

Não há dez pessoas em todo o Império que considerem o tráfico um crime, ou que enxerguem sob qualquer outro ponto de vista a não ser aquele do lucro ou do prejuízo, uma mera especulação mercantil que deve ter prosseguimento enquanto for vantajosa.⁶

⁶ Charles K. Webster, *op. cit.*, vol. I, p. 233.

O próprio José Bonifácio descreveu a situação tal como a viu, com grande realismo, ao enviado britânico Henry Chamberlain em abril de 1823:

Estamos totalmente convencidos da inadequação do tráfico de escravos [...] mas devo frisar candidamente que a abolição não pode ser imediata, e eu explicarei as duas principais considerações que nos levam a essa determinação. Uma é de ordem econômica, a outra de ordem política.

A primeira se baseia na absoluta necessidade de tomarmos medidas para garantir um aumento da população *branca* antes da abolição, para que as lavouras do país possam continuar produzindo, caso contrário, com o fim do suprimento de negros, a lavoura diminuirá, causando grandes transtornos [...] esperamos adotar medidas para atrair imigrantes europeus para cá sem perda de tempo. Assim que estes começarem a produzir esse efeito, a necessidade do fornecimento de braços africanos diminuirá gradativamente, e eu espero que em alguns poucos anos se coloque um ponto final no tráfico para sempre [...]

A segunda consideração diz respeito à conveniência política, na medida em que afeta a popularidade e, talvez até, a estabilidade do governo. Poderíamos enfrentar a crise e a oposição daqueles que se dedicam ao tráfico, mas não podemos, sem um grau de risco que nenhum homem em sã consciência possa pensar em correr, tentar no momento presente propor uma medida que iria indispor a totalidade da população do interior [...] A quase totalidade de nossa agricultura é feita por negros e escravos. Os brancos, infelizmente, pouco trabalho fazem, e se os proprietários rurais tivessem seu suprimento de trabalhadores repentinamente cortado, deixo que vossa mercê faça julgamento do efeito que isso teria sobre essa classe de gente desinformada e pouco ilustrada. Se a abolição viesse para eles antes que estivessem preparados, todo o país entraria em convulsão, de uma ponta até a outra, e não há como calcular as consequências para o governo ou para o próprio país.

Sabemos que, enquanto isso persistir e o estado de escravidão tiver continuidade no país, a verdadeira e sólida indústria não pode se enraizar, a prosperidade vigorosa não pode existir, e nossa população não será significativa e, portanto, estamos tão profundamente convencidos destas verdades que, se possível fosse, aboliríamos a ambos.⁷

Estas objeções à escravidão, contudo, não eram tanto o resultado de sentimentos de ordem “humanitária” ou “filantrópicos”, mas uma resposta aos problemas postos por uma sociedade em que as principais lideranças intelectuais acreditavam que o equilíbrio racial da população era perigosamente instável. Aqueles poucos que pregavam a eventual emancipação dos

⁷ *Ibid.*, pp. 222-3.

escravos, tal como José Bonifácio, o faziam não por causa da humanidade dos escravos, mas porque desejavam eliminar os negros.

Os ideólogos do “livre comércio” no Brasil também adotaram essa postura essencialmente racista. José da Silva Lisboa, que havia clamado pela abertura dos portos ao príncipe regente em 1808, argumentava, em 1818, que o progresso de São Paulo se devia “à extraordinária preponderância [lá] da raça branca”. O Rio Grande do Sul, o celeiro do Brasil, havia sido, igualmente, colonizado “pela raça portuguesa, e não pela população da Etiópia”. Tomando como exemplo a Ilha da Madeira, ele garantia que “a experiência tem mostrado que uma vez que se estanca o suprimento de africanos, a raça não diminui e declina, mas se torna melhor e mais branca [...]” Ele desejava ver o câncer da escravidão eliminado desde o rio da Prata até o Amazonas. “A melhor área da América será povoada por rebentos da África ou da Europa?”, questionava. Para evitar “o horrível espetáculo da catástrofe que reduziu a rainha das Antilhas a uma Madagascar”, o Brasil deve evitar se tornar uma “Negrolândia”.⁸

A questão da escravidão levantava assim problemas fundamentais sobre qual seria o caminho desejável para o desenvolvimento do Brasil, problemas que eram fundamentais para se estabelecer o tipo de sociedade, Estado, sistema legal e governo que o Brasil, enquanto estado independente, iria adotar. Era uma questão que dividia os homens “esclarecidos”. Aqueles que eram os mais ardorosos defensores do *laissez faire*, quando isso significava a remoção das funções reguladoras do Estado, quase sempre eram aqueles que estavam mais comprometidos com o tráfico de escravos e a escravidão. Aqueles que apoiavam a interferência do governo, particularmente no tocante ao controle de preços e à garantia do abastecimento de produtos de subsistência para a população, eram também os que mais se opunham ao tráfico de escravos e à escravidão. Uns viam a população escrava como o inimigo interno e, tal como José da Silva Lisboa e José Bonifácio, acreditavam que o Brasil não se desenvolveria sem a criação de uma força de trabalho livre e da europeização ou do branqueamento da população. Outros consideravam a escravidão como essencial à prosperidade do Brasil. Aqueles que atacavam o *laissez faire* quando este exigia a remoção daquilo que consideravam controles governamentais ajuizados, eram os mais favoráveis ao livre comércio

⁸ José da Silva Lisboa, *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey nosso senhor d. João VI*. Rio de Janeiro, na impressão régia, 1818.

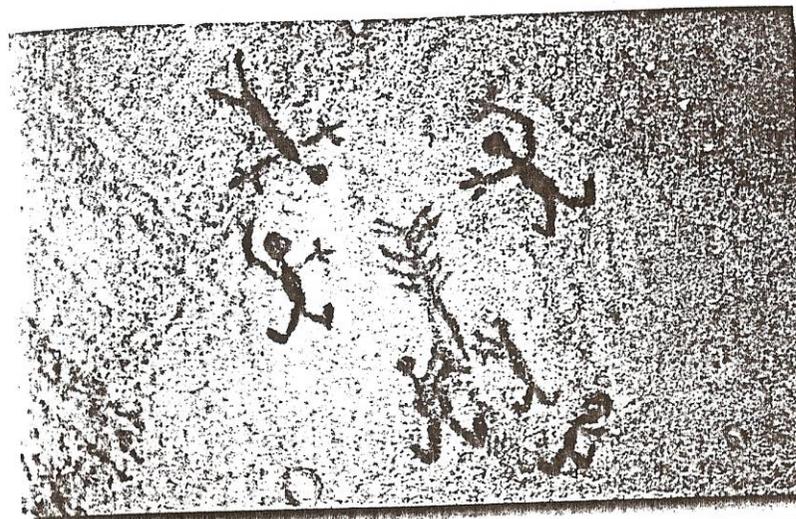
internacional, porque o livre comércio prometia estimular a imigração de europeus e oferecia a possibilidade de uma aliança com a Grã Bretanha contra o tráfico de escravos.

Intelectuais, traficantes e patriotas brasileiros, em suma, longe de concordarem a respeito deste tema central, estavam amargamente divididos quando se tratava de abolir ou não a escravidão. Podiam abraçar o liberalismo, mas seu zelo “revolucionário” ficava estritamente limitado a um desejo de acesso aos mercados, à proteção da propriedade e a garantias de que as dívidas seriam pagas. Nesse quadro, o centralismo, a monarquia e a continuidade eram fundamentais. Os “patriotas” do Brasil eram realistas e não podiam ir além da sua base de apoio social. Aqueles que assim fizeram, como José Bonifácio, foram logo descartados. A escravidão e o capitalismo industrial provaram ser compatíveis, de fato, nos quadros do sistema atlântico do século XIX – o capitalismo industrial vicejou graças ao algodão e ao café produzidos por escravos tanto quanto o capitalismo comercial havia vicejado com o açúcar produzido por escravos. Nesse contexto, José Bonifácio de Andrada e Silva, o “patriarca” do movimento da independência, e um dos mais ardorosos defensores de mudanças estruturais – inclusive da abolição da escravidão e do tráfico de escravos – foi uma dupla vítima. Não foi apenas o próprio sistema econômico, tanto o interno quanto o de dimensão atlântica, que criou condições hostis às suas propostas; ele também foi vítima das políticas adotadas pela Grã Bretanha, cuja excessiva pressão ajudou a minar a única administração que tinha um verdadeiro compromisso com o fim da escravidão e do tráfico de escravos. De fato, em conversas secretas mantidas com Henry Chamberlain, em abril de 1823, José Bonifácio alertou os britânicos a não pressionarem demais ou andarem rápido demais:

Você sabe o quanto eu, sinceramente, detesto o tráfico de escravos, o quanto acredito ser ele prejudicial ao país, o quanto desejo a sua total cessação, embora isso não possa ser feito imediatamente. As pessoas não estão preparadas para isso, e até que seja feito, colocaria em risco a existência do governo, se tentarmos fazê-lo repentinamente. A própria abolição é uma das principais medidas que desejo apresentar à Assembléia sem falta, mas isso deve ser bem administrado e não podemos ter pressa [...]

Com relação às Colônias ou à Costa da África, nada queremos lá ou em qualquer outra parte. O Brasil é suficientemente grande e produtivo para nós, e estamos satisfeitos com o que a Providência nos deu.

Desejaria que seus navios de patrulha tomassem todos os navios negreiros que encontrassem no mar. Não quero mais vê-los, eles são a gangrena de nossa prosperidade. A



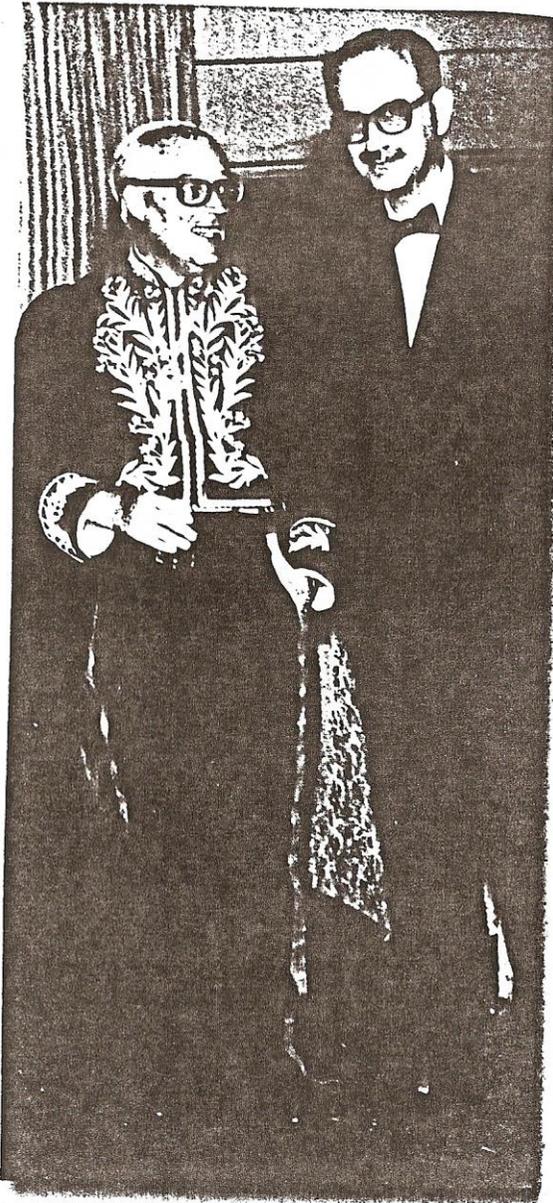
TRAÇO DE UMA DAS MUITAS CIVILIZAÇÕES QUE ANTECEDERAM A PRESENÇA EUROPÉIA NA AMÉRICA TROPICAL. PINTURA RUPESTRE. SÃO RAIMUNDO NONATO, PIAUÍ. (Claus C. Meyer/Tyba)



PINTURA RUPESTRE. PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA. SÃO RAIMUNDO NONATO, PIAUÍ. (Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM)

“Não houve ruptura do regime colonial, que sobreviveu com o absolutismo do regime imperial, com a legislação arcaica, com a relativa imobilidade administrativa, com a alienação das elites, com a fragilidade da conjuntura e a estabilidade da estrutura, imutável e incapaz de atender às necessidades nacionais. O período colonial e sua sobrevivência determinam todo o subdesenvolvimento posterior.”

José Honório Rodrigues, 1970



JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES TOMA POSSE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1969. À DIREITA, FRANCISCO IGLÉSIAS. (Arquivo C. G. Mota)

população que queremos é branca, e espero ver chegar logo da Europa os pobres, os desditosos, os industriosos; aqui eles terão fartura, com um clima bom; aqui eles serão felizes; eles são os colonos que queremos.⁹

V

Para alimentar esse sistema atlântico e para manter a organização econômica da produção, entretanto, uma coisa era evidente: o Brasil não precisava de Portugal. Os ressentimentos e as dificuldades financeiras e econômicas que levaram à convocação das Cortes em Lisboa, em 1820, e à formulação da constituição liberal, surgiram, em grande parte, devido à perda dos privilégios e monopólios de Portugal no comércio colonial; e, uma vez reunidos os constituintes, as medidas das Cortes logo refletiram esses imperativos. As Cortes não só obrigaram d. João VI a retornar para Lisboa, como ainda se puseram a legislar para colocar um fim aos poderes que ele havia cedido a seu filho mais velho, d. Pedro, que havia sido deixado no Rio na condição de regente. Os brasileiros viram que as medidas das Cortes de Lisboa, com apoio total dos odiados comerciantes e imigrantes portugueses no Brasil, eram uma tentativa de “recolonização” que faria o tempo voltar atrás nos treze anos em que o Rio havia sido a sede do governo. Com esses acontecimentos como pano de fundo, d. Pedro desafiou as instruções das Cortes para que retornasse à Europa. Primeiro aceitou o título de “Defensor Perpétuo do Brasil” dado pelo Conselho Municipal do Rio de Janeiro no início de 1822 e, depois, em 7 de setembro de 1822, emitiu sua declaração de “independência” nas cercanias de São Paulo.

A emancipação política do Brasil é, portanto, um longo e cumulativo processo, que manteve sua continuidade ao longo do caminho; 1808, 1816, 1822 e até 1831 são todos momentos importantes na afirmação dessa gradual separação e na definição da nacionalidade. O caminho teve momentos árdios, com certeza. O reconhecimento internacional só veio em 1825, depois de longas negociações e da promessa de que o Brasil pagaria a Portugal uma grande indenização. A guerra eclodiu com renovado vigor no Sul, na fronteira da Banda Oriental, e só chegou ao fim uma década depois, com o

⁹ Charles K. Webster, *op. cit.*, vol. I, pp. 222-3.

estabelecimento, sob o auspício britânico, do Estado-tampão independente do Uruguai, delineando no Sul uma fronteira menos ambiciosa do que aquela que havia sido pleiteada durante a colônia ou o reino unido. A Bahia e o extremo norte aderiram depois de bastante atividade militar, em terra e no mar. Pernambuco tentou se emancipar mais uma vez em 1824. Do ponto de vista administrativo, o país não foi "nacionalizado" até o fim do curto reinado de d. Pedro, em 1831. E foi apenas na década de 1840 que as ações do duque de Caxias (um homem que, ironicamente, era sobrinho, por casamento, do rico empresário que denunciou a conspiração de Minas às autoridades reais em 1789) colocaram um ponto final nas revoltas separatistas regionais.

Nessas circunstâncias, não é de surpreender que qualquer tentativa de alterar a organização econômica do trabalho tenha falhado. O modelo alternativo para o desenvolvimento do Brasil, no qual os imigrantes europeus e os trabalhadores livres substituiriam os escravos, não chegou a se realizar e, como consequência, o tráfico de escravos perdurou até a metade do século e a escravidão até a década de 1880. E também não é de surpreender que quando a escravidão ruiu, a monarquia ruiu junto com ela.

Bibliografia selecionada

- ANNINO, Antonio, LEIVA, Luis Castro & GUERRA, François-Xavier. *De los imperios a las naciones: Iberoamérica*. Zaragoza: IberCaja, 1994.
- ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS DA INDEPENDÊNCIA, 5 vols. Rio de Janeiro, 1922.
- BETHENCOURT, FRANCISCO & CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, 5 vols. (Vol. 4, *Do Brasil para África, 1808-1930*). Lisboa: Círculo de Leitores, 1997-1999.
- CARDOSO, José Luis. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.
- COATSWORTH, John H. "Economic and Institutional Trajectories in Nineteenth Century Latin America", em COATSWORTH, John & TAYLOR, Alan M. (orgs.). *Latin America and the World Economy since 1800*. Cambridge: Harvard University/David Rockefeller Center for Latin American Studies, 1998, pp. 19-54.
- COUTINHO, Dom Rodrigo de Souza. *Textos políticos, econômicos e financeiros*, 2 vols. Org. de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LIEF, Nathaniel H. *Underdevelopment and development in Brazil*, 2 vols. Londres/Boston: Allen & Unwin, 1982.
- MACAULAY, Neill. *Dom Pedro: the Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834*. Durham: Duke University Press, 1986.
- MADUREIRA, Nuno Luis. *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Estampa, 1997.
- MANNING, William R. (org.). *Diplomatic Correspondence of the United States Concerning the Independence of the Latin-American Nations*, 3 vols. Nova York: Oxford University Press, 1925-[1926].
- MATOSO, José (org.). *História de Portugal*, 8 vols. (Vol. 5, TORGAL, Luis Reis & ROQUE, João (orgs.). *O liberalismo*). Lisboa: Estampa, 1997.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in modern History*. Nova York: Penguin Books, 1985.
- PIEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contra-revolução*, 5 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975-1976.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Obras científicas, políticas e sociais*, 3 vols., coligidos e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. Santos: 1965.
- _____. *Projetos para o Brasil*. DOLHNIKOFF, Miriam (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do império do Brasil*, 10 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- VALENTIM, Alexandre. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- WEBSTER, Charles K. (org.). *Britain and the Independence of Latin America, 1812-1830: Select Documents from the Foreign Office Archives*, 2 vols. Londres/Nova York: Oxford University Press, 1938.